

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E PROJETOS
(Processo Administrativo nº 2024/02/2810)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **PLAYGROUNDS DE MADEIRA E PLÁSTICO e LIXEIRAS DE MADEIRA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ID	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTDDE TOTAL	VL. UN	VL. TOTAL	QTDDE LC 123	VALOR LC 123
1	Cavalinhos de balanço individuais (Cavalinho upa upa) feitos com toras de eucalipto tratado de dimensões: 3,00 x 2,10cm, em tubo galvanizado de 1 polegada e barra roscada 5/8 com aplicação de verniz.	476106	UNIDADE	15	R\$ 4.602,00	R\$ 69.030,00	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
2	Gangorra: em toras de eucalipto tratado de 15-18 cm, com 2,50m, com possuindo punhos de tubos galvanizados de 3/4 polegadas e fechamento lateral	615050	UNIDADE	15	R\$ 1.470,00	R\$ 22.050,00	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
3	Casinha aberta com escorrega: de pinus/madeira com espessura de 0,3 x 0,5 cm, possui um tubo galvanizado de 1 polegada. Escorrega de pinus/madeira; dimensões de 2,50 m de comprimento por 0,50m de largura. Com assoalho e telhado construídos em pinus/madeira com 2,5 mm de espessura. Com escada feita de Eucalipto tratado com um diâmetro de 8-10 cm e medindo 2,10 m de altura por 0,70 m de largura. Medidas da casinha: 2,10 m de comprimento por 1,80 m de largura.	615050	UNIDADE	15	R\$ 7.999,50	R\$ 119.992,50	Ampla Concorrência	R\$ 95.994,00
							12	
4		615050	UNIDADE	15	R\$ 7.999,50	R\$ 119.992,50	MEI e EPP	R\$ 23.998,50
							3	
5	Casinha com ponte fixa: Com varal de balanço fabricado com cilindros de Eucalipto tratado com medida 12-14 cm com 3m ,altura 2,50m, com duas cadeiras confeccionadas em pinus/madeira com corda polietileno 14mm, barra rosqueada ½ galvanizada, rolamento de 0,40mm com uma cobertas em eucalipto tratado com toras com medida 8-10 cm com 2,50m e com telhado em pinus/madeira 1,00x1,50m com espessura 3.5mm e assoalho em pinus/madeira com espessura de 2.5mm, ponte fixa com corrimão de eucalipto tratado com medida de 8-10 cm com 2.50 m de comprimento e cabo de aço 5/16 com toras de eucalipto tratado com medida de de 8-10 com 1 m , corda de polietileno 14mm,escalada	479838	UNIDADE	15	R\$ 6.900,00	R\$ 103.500,00	Ampla Concorrência	R\$ 82.800,00
							12	
6		479838	UNIDADE	15	R\$ 6.900,00	R\$ 103.500,00	MEI e EPP	R\$ 20.700,00
							3	



	de corda de eucalipto tratado com 1.00x 100 m, com corda polietileno com 14mm, 1 escorrega confeccionada em pinus/madeira com 2,50m com 1.80 x0.50m.							
7	Casa cobertas com escada, escorrega e dois balanços acoplados: balanço fabricado em eucalipto tratado com medida de 12-14 com 3.00 metros. altura 2.50m, com duas cadeiras abertas confeccionadas em pinus/madeira e com corda polietileno 14mm, barra rosqueada 1/2 galvanizada, rolamento de 0,40mm. cobertas de eucalipto tratado com toras com medida de 8-10 cm com 2,50e com telhado em pinus/madeira 1.00 x 1,50m com espessura 3,5mm e assoalho em pinus/madeira com espessura 2,5mm.	479838	UNIDADE	15	R\$ 5.200,00	R\$ 78.000,00	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
8	Balanço Duplo: Varal do balanço fabricado com Eucalipto cilíndrico tratado com medida de 12-14cm com 3.00 metros. Altura 2.50 metros, com duas cadeiras confeccionadas em pinus/madeira abertas com corda polietileno 14mm; porcas, arruelas e barra rosqueada 5/8" galvanizada no tamanho de 0,45cm; rolamento de 0.40mm. Em sua fixação são utilizados: 2 barras roscadas de 5/8 com 0.50cm.	476106	UNIDADE	15	R\$ 2.223,65	R\$ 33.354,75	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
9	Casinha: em réguas de madeira de pinus/madeira Tratados. Área ocupada pelo brinquedo 1,50x1,40 metros ext.	479574	UNIDADE	15	R\$ 4.500,00	R\$ 67.500,00	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP



10	Escalada com corda de Eucalipto cilíndrica Tratado de 8-10 cm e corda de polietileno 14mm na cor cinza. Medida:2.00x1.00m.	614850	UNIDADE	15	R\$ 2.979,05	R\$ 44.685,75	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
11	Parque completo: Com varal e balanço fabricado em toras de Eucalipto tratado com medida de 12-14cm com 3.00 metros. Altura 2.50 metros, com duas cadeiras abertas ou fechadas, confeccionada em pinus/madeira e com corda polietileno 14 mm e clips para cabo de aço na medida 1/2; barra rosqueada 1/2" galvanizada; rolamento de 0.40 mm - cobertas em Eucalipto tratado com toras com medida de 8-10cm com 2.50m e com telhado em pinus/madeira 1.00 x 1.50m com espessura 3,5mm e assoalho em pinus/madeira com espessura 2,5mm cobertas sem telhado, cobertas em Eucalipto tratado com toras com medida de 8-10 cm com 2.50m, Ponte com corrimão de Eucalipto tratado com medida de 8-10 cm com 2,50m de comprimento e cabo de aço 5/16", com toras de Eucalipto tratado com medida de 8-10cm com 1.00m corda de polietileno 14mm. - Escalada de corda em Eucalipto tratado com 1.00 x 100m com corda polietileno 14mm. Escada de exercício em Eucalipto tratado com 2.00 x 0.70m com medida de 8-10 cm. Escada de madeira cilíndrica de Eucalipto tratado com medida de 8-10 cm e 1.00 x 1.10 m - 02 Pranchas confeccionadas em pinus/madeira com 2.50m com 1.80 x 0.50m.	479838	UNIDADE	15	R\$ 9.650,00	R\$ 144.750,00	Ampla Concorrência	R\$ 115.800,00
12							MEI e EPP	R\$ 28.950,00
							3	



13	Escalada fabricada em toras de Eucalipto Tratado de 8-10cm madeiras aparelhadas em pinus/madeira ecológico de exportação e peças em madeira de agarras. Medida: 2.00x1.00m..	614850	UNIDADE	15	R\$ 2.665,00	R\$ 39.975,00	Exclusivo MEI e EPP	Exclusivo MEI e EPP
14	Parques com 3 cobertas em madeira e plástico, cobertas com rampa em taco, escorregador reto, escada reta confeccionada em madeira plástica, acoplada no mesmo o jogo da velha, possuindo passarela reta, com tobogã, 2 guarda-corpos, balanço duplo acoplados.	601756	UNIDADE	15	R\$ 43.350,00	R\$ 650.250,00	Ampla Concorrência	R\$ 520.200,00
							12	
15							MEI e EPP	R\$ 130.050,00
							3	
16	Lixeira Ecológica: Confeccionada em Eucalipto tratado de 7-10 cm; e barra 5/8; Com rede no cesto, com parafusos em alumínio francês 1/4 x 1" galvanizados; Medidas: 0,70 cm; Cesto: 0,35cm de largura. Com rede em seu interior. Aplicação de verniz PRESERVATIVO OSMOCOLOR STAIN NA COR IMBUIA	616109	UNIDADE	300	R\$ 400,00	R\$ 120.000,00	Ampla Concorrência	R\$ 90.000,00
							225	
17							MEI e EPP	R\$ 30.000,00
							75	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.412/2022.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação observará na formado artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, detalhados nos Processos Administrativos, apêndice deste Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:
- I. 2024/2/2810– PLAYGROUNDS DE MADEIRA E PLÁSTICO– ETP nº 66/2024;
- II. 2024/2/2685– LIXEIRAS DE MADEIRA– ETP nº 85/2024;
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 5ª edição Ago/2022 e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Geral:

- 4.1.1. Disposições do art. 4º, do Decreto nº 7.746/2012.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2. Na presente contratação não será necessário a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Apresentação das seguintes documentações para a adequação de qualidade com referência a aquisição dos itens:

- 4.1. **Certificado de Regularidade:** Se faz necessário que as empresas apresentem um Certificado de Regularidade como um documento público emitido pelo **Ibama** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com o intuito de verificar se a empresa está em dia com suas obrigações cadastrais e informações ambientais. Desta forma, que determinadas atividades que ateste o cumprimento de normas relacionadas à fabricação, comercialização e segurança desses materiais, garantindo que os fornecedores estejam devidamente regularizados para fornecer que cumpram com as devidas normas ambientais.
- 4.2. **Laudo de Resistência:** A segurança dos brinquedos de madeira e plástico depende diretamente da resistência dos materiais a forças mecânicas, impactos e desgaste ao longo do tempo. A ABNT NBR NM 300-1 estabelece requisitos rigorosos para garantir que os brinquedos sejam duráveis e possam suportar o uso constante em um playground. Sem essa garantia técnica, os brinquedos podem apresentar riscos de quebra, desgaste prematuro ou outras falhas que poderiam comprometer a segurança das crianças.
- 4.3. **Análise Química:** É imperativo que os brinquedos fabricados em madeira e plástico estejam livres de substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde, especialmente porque serão utilizados por crianças. A ABNT NBR NM 300-2, nos regulamentos do Inmetro estabelecem limites estritos para substâncias (como chumbo, ftalatos e outros compostos químicos perigosos) e ABNT NBR NM 300-3:2011, estabelece os requisitos e métodos de ensaio para a migração de certos elementos presentes em brinquedos e partes de brinquedos (Esses elementos incluem antimônio, arsênio, bário, cádmio, cromo, chumbo, mercúrio e selênio). A ausência de uma análise química detalhada que confirme a segurança dos materiais empregados na fabricação dos brinquedos é um fator crítico. Sem essa análise, há um risco significativo de exposição das crianças a materiais potencialmente nocivos, o que contraria as exigências de segurança previstas em lei.
- 4.4. **Atestado de Segurança:** Os brinquedos destinados a playgrounds devem atender a padrões de segurança que abrangem uma variedade de riscos, incluindo riscos elétricos, de inflamabilidade, de bordas afiadas e de estabilidade estrutural. A Portaria Inmetro nº 563/2016, juntamente com a ABNT NBR NM 300-3, define os critérios que devem ser atendidos para que um brinquedo seja

considerado seguro. No caso de brinquedos de madeira e plástico, é crucial que um atestado de segurança confirme a conformidade desses materiais com as normas estabelecidas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do envio da nota de empenho e ordem de serviços constando o quantitativo a ser solicitado, conforme necessidade do órgão solicitante.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens relacionados nos itens deverão ser entregues na Rua Prefeito Bento Gonçalves Pereira, nº 1.322, bairro Palhas, Paraíba do Sul/RJ, de 08 às 15h, Secretaria de Transporte, Obras e Projetos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.2. a data da emissão;
- 7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5. o valor a pagar; e
- 7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá, preferencialmente, ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.493.088,00 (um milhão e quatrocentos e noventa e três mil e oitenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Projetos.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 02.12;
- II) Fonte de Recursos: 500 | 720 | 749 | 705 | 750;
- III) Programa de Trabalho: 154510009.2.070;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paraíba do Sul, 16 de julho de 2024.

Natália Marques de Carvalho
Secretária Municipal de Transporte, Obras e Projetos